



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Ativo circulante		5.822	1.167
Caixa e equivalentes de caixa	5	63	1.116
Impostos a recuperar		159	51
Mútuo a receber - partes relacionadas	10	5.600	—
Não circulante		82.155	14.304
Imobilizado	6	82.080	14.304
Intangível	7	75	—

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Passivo circulante		66.138	2.134
Fornecedores	8	24.063	64
Empréstimos e financiamentos	9	41.976	2.000
Salários, férias e encargos sociais		42	52
Impostos e contribuições sociais a recolher		56	18
Outras obrigações		1	—
Patrimônio líquido		21.839	13.337
Capital social	11	22.006	13.460
Prejuízo acumulado		(167)	(123)
Passivo e patrimônio líquido		87.977	15.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	640	(71)	569
	12.820	—	12.820
	—	(52)	(52)
	13.460	(123)	13.337
	8.546	—	8.546
	—	(44)	(44)
	22.006	(167)	21.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos III S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 433 de 19 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Catarina, constituída de dez unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de geração física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter nove Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 18.900kW de capacidade instalada e 9.701 kW médios de geração física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.651, de 23 de fevereiro de 2016. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. A Companhia é controlada diretamente pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”). Em 03 de março de 2016 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de declaração das unidades geradoras da EOL Santa Catarina como Aptas à Operação Comercial. Até o momento a Companhia aguarda, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica, o reconhecimento da conclusão das obras de implantação e a homologação da condição de Apto. A entrada em operação estava prevista para 01 de janeiro de 2016, em função do deslocamento de cronograma da conclusão das obras, a Companhia estima que a entrada em operação se dará no primeiro semestre de 2016. Em função desse deslocamento a Companhia providenciou compra de 15,000 MWh, para cumprir as cláusulas de fornecimento de acordo com a venda de energia do Leilão nº 07/2011. A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2015 capital circulante negativo no montante de R\$ 60.316 devido seu estágio pré-operacional que demanda quantias significativas de investimentos para construção do parque eólico. Diante desse cenário a Companhia está avaliando a captação de aportes financeiros de terceiros ou de seus próprios acionistas. Se necessário seus acionistas concederão todo o suporte financeiro de modo que a Companhia cumpra com suas obrigações, sejam elas de curto prazo ou de longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 10 de março de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de

eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado e intangível: 3.5.1 Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado e do intangível estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e debêntures obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável. **3.5.2 Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. **3.6 Tributação:** O imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/15	31/12/14
Aplicações financeiras	63	1.116
	63	1.116

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

6. IMOBILIZADO

Imobilização em curso: As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos a serem incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico. A composição do ativo imobilizado em curso é a seguinte:

	31/12/15	31/12/14
Em curso	247	56.483
Máquinas e Equipamentos	14	7.304
Móveis e Utensílios	8	8
A Ratear ¹	2.379	10.090
Juros Capitalizados ²	—	4.158
Adiantamento a Fornecedor	11.524	(2.906)
Sistema de Conexão e Transmissão	104	10
Software	42	—
Outros Intangíveis	—	25
Total do custo do imobilizado	14.304	67.843

¹ Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. ² Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 31 de dezembro de 2015 são de R\$ 4.158 líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa de R\$ 716 em 31 de dezembro de 2015. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 9 (Empréstimos, debêntures e encargos de dívida).

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	(Em milhares de reais)		
	31/12/15	31/12/14	
Despesas operacionais			
Serviços de terceiros	(43)	(50)	
	(43)	(50)	
Prejuízo antes do resultado financeiro			
Despesas financeiras	(1)	(2)	
	(1)	(2)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	
Prejuízo do exercício	(44)	(52)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	(Em milhares de reais)		
	31/12/15	31/12/14	
Prejuízo líquido do exercício	(44)	(52)	
Outros resultados abrangentes	—	—	
Total do resultado abrangente do exercício	(44)	(52)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

7. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Em curso	31/12/14	Adições	Reclassificação do Ativo Imobilizado	31/12/15
Software	—	8	42	50
Outros Intangíveis	—	—	25	25
Total do intangível líquido	—	8	67	75

8. FORNECEDORES

	31/12/15	31/12/14
Materiais e Serviços	24.063	64
	24.063	64

9. EMPRÉSTIMOS, DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Instituições financeiras	Vencimento	Taxa efetiva CDI + 2,0	Encargos	Circulante		
				Custo a amortizar	Prin- cipal	31/12/15
BTG Pactual	18/02/15	a.a.	—	—	—	2.000
Pentágono S/A	16/04/16	110% DI	3.424	(101)	19.570	22.893
Pentágono S/A	15/05/16	110% DI	1.253	(170)	18.000	19.083
			4.677	(271)	37.570	41.976

Em 18 de novembro de 2014, a Energia dos Ventos III assinou contrato de empréstimo com o Banco BTG Pactual no montante de R\$ 2 milhões, com vencimento em 18 de dezembro de 2014. O contrato teve seu vencimento prorrogado para 18 de fevereiro de 2015. Em 06 de março de 2015, a Energia dos Ventos III liquidou o empréstimo com o Banco BTG Pactual. Em 16 de outubro de 2014 foi efetuada a primeira emissão de debêntures R\$ 19.570 (1.957 mil, novecentos e cinquenta e sete debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10). As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias diárias dos DIs de um dia, over extra grupo, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias. A Alupar Investimento S/A é garantidora da Companhia nesta operação. O vencimento é em 16 de abril de 2016. Sendo que o valor em conta-corrente só foi liberado em 06 de março de 2015. Em 15 de julho de 2015 foi efetuada a segunda emissão de debêntures R\$ 18.000 (1.800 um mil e oitocentas debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10). As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias diárias dos DIs de um dia, over extra grupo, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias. A Alupar Investimento é garantidora da Companhia nesta operação. O vencimento é em 15 de maio de 2016. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas: Os contratos que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Operação	Taxas	Parte Relacionada	31/12/15	31/12/14
Mútuo a receber	120% do CDI a.a.	EDV I	800	—
Mútuo a receber	120% do CDI a.a.	EDV IV	4.800	—
Total			5.600	—

Todos os contratos de mútuos tem previsão de quitação no primeiro semestre de 2016. **Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a serem pagos aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	31/12/15	31/12/14
Benefícios de curto prazo (i)	100	49
Remuneração do conselho	12	—
Total	112	49

(i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado é de R\$ 32.358. O capital subscrito e integralizado é de R\$ 22.006 dividido em 22.006.033 (vinte e dois milhões, seis mil, e trinta e três) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/15	31/12/14		
	Ordinárias	Ordinárias		
Quantidade	%	Quantidade	%	
Alupar Investimento S.A.	22.004.132	99,99	6.863.254	50,99
Furnas Centrais Elétricas S.A.	—	—	6.595.400	49,00
Central Eólica Santa Catarina Ltda.	2.201	0,01	1.346	0,01
Total das ações	22.006.333	100,00	13.460.000	100,00

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 13.460, e estava representado por 13.460.000 (treze milhões, quatrocentos e sessenta mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2015, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 8.546, mediante a emissão de 8.546.333 novas ações ao preço unitário de R\$ 1,00 (um real) por ação ordinária.

Contadora: Patrícia Nalini Siqueira - CRC 15P237063/O-2

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/15	31/12/14
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(44)	(52)	

Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias, líquidas)	9	5.390	—
		5.346	(52)

(Aumento) redução no ativo			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Impostos a recuperar		(108)	(49)
		(108)	(49)

Aumento (redução) no passivo			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Fornecedores		—	37
Salários, férias e encargos sociais		(10)	14
Impostos e contribuições sociais a recolher		38	10
Outros passivos circulantes		1	—
		29	61

Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		5.267	(40)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Adições no imobilizado	6	(43.813)	(13.666)
Adições no intangível	7	(39)	—
		(43.852)	(13.666)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
	Nota	31/12/15	31/12/14
Integralização de capital		8.546	7.892
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	9	36.643	2.000
Amortização de principal do financiamento	9	(2.000)	—
Amortização de juros do financiamento	9	(5	